

Disponibilizado no D.E.: 01/10/2025

Poder Judiciário JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Paraná 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

Av. Pedro Basso, 920 - Bairro: Polo Centro - CEP: 85863-756 - Fone: (45)3576-1182 - www.jfpr.jus.br - Email: prfoz02@jfpr.jus.br

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 5011620-56.2016.4.04.7002/PR

EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF **EXECUTADO**: MARIO SERGIO KECHE GALICIOLLI

EDITAL Nº 700018739115

2ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL DE LEILÃO

Datas:

1° Leilão: 20/10/2025 - 10:00 horas - somente online;

2° Leilão: 03/11/2025 - 14:00 horas – somente online;

1ª Designação: por preço não inferior à avaliação;

<u>2ª Designação</u>: a quem mais oferecer, com lance mínimo de 70%.

Realização por meio eletrônico mediante acesso ao sítio da internet http://www.kleiloes.com.br, podendo ser oferecido lance em tempo real e em igualdade de condições com o pregão físico, mediante a realização de um pré-cadastro no referido sítio.

Descrição do bem:

5011620-56.2016.4.04.7002



Poder Judiciário JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Paraná 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

REGISTRO DE IMÓVEIS	REGISTRO GERAL	LIVRO	FICHA
2º OFÍCIO FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ	7120101110 0.21111	02	01
Rua Marechal Floriano Peixoto, 928 Centro Comercial Las Hadas - Sala 08		RUBRICA———	
~	MATRICULA NO. 47.004		
FLÁVIO C. A. MARANHAO OFICIAL REGISTRADOR	MATRÍCULA Nº 17.304	11	
OF ICIAE REGISTRADOR		YM.	
INOVEL - LOTE NISSO(suisbontos o visto) do OLIADRA NISSO(dais) Quadranto 10 Quadran			
IMÓVEL: LOTE Nº520(quinhentos e vinte), da QUADRA Nº02(dois), Quadrante 10, Quadrícula 03, Setor			
55, situado na PARTE SUL DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL, desta Cidade, Município e Comarca, sem benfeitorias, com a área de 12.000,00m2, contendo como benfeitorias um galpão para depósito de			
madeira e duas casas de madeira em regular estado de conservação, e compreendido dentro das.			
seguintes medidas e confrontações: AO NORTE, medindo 60,00ms, no rumo SW.89º08'NE, confronta			
com o Lote nº11-B; AO SUL, medindo 60,00ms, por linha sinuosa, confronta com a Faixa da Marinha			
(Rio Iguaçu); A LESTE, medindo 200,00ms, no rumo SW.04°33'NE, confronta com o Lote nº12; e, A			
OESTE, medindo 200,00ms, no rumo SW 04°33'NE, confronta com o Lote n°11-B			
PROPRIETÁRIO: MARIO SERGIO KECHE GALICIOLLI, brasileiro, maior, comerciante, solteiro,			
portador da C.I/RG. №1.165.014-2-SSP/PR e inscrito no CPF/MF. №244.885.859-49, residente e			
domiciliado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca - Centro, nesta cidade Foz do Iguaçu-PR.			
			100
	o pela matrícula Nº34.414 do Re	egistro Geral do	1°Registrador
Imobiliário desta Comarca.			
OBSERVAÇÃO: As medidas e confrontações do imóvel acima, foram trasladadas do título aquisitivo do			
qual uma certidão de inteiro teor fica arquivada nesta Serventia. P.17929. O REFERIDO É VERDADE E			
DOU FÉ. FOZ DO IGUAÇU, 13 DI			O REGISTRO.
(RFT).		_	
	1100		

Localização do bem: Rua Malva Rosa, 2, quadra 2, lote 520, Jardim das Flores - Foz do Iguaçu/PR.

BENFEITORIAS: casa principal de aproximadamente 300 m², – contendo 02 WC, 02 salas – 01 cozinha – 03 quartos; casa do caseiro de aproximadamente 60 m²; cocheira de aproximadamente 30 m²; garagem de aproximadamente 25 m²; 01 piscina.

Avaliação do terreno: R\$ 1.594.560,00 (um milhão, quinhentos e noventa e quatro mil, quinhentos e sessenta reais), em 09/2024.

Avaliação das benfeitorias: R\$ 148.897,80 (cento e quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e sete reais e oitenta centavos), em 09/2024 (345.9).

Valor Total: Valor das Benfeitorias + Valor do Terreno: R\$ 148.897,80 + R\$ 1.594.560,00 = **R\$ 1.743.457,80** (um milhão, setecentos e quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos), em 09/2024.

Depositário: Mario Sergio Keche Galiciolli.

Valor do débito: R\$ 167.181,92 (cento e sessenta e sete mil cento e oitenta e um reais e noventa e dois centavos), em 09/2024 (evento 339), referente ao processo nº 50003084920174047002 (apenso) e R\$ 678.056,98 (seiscentos e setenta e oito mil,

5011620-56.2016.4.04.7002



Poder Judiciário JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Paraná 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

cinquenta e seis reais e noventa e oito centavos), em 04/2025, referente aos presente autos (evento 379, PET1). <u>Total do débito:</u> R\$ **845.238,90** (oitocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

Recursos: possibilidade de invalidação da arrematação por meio de ação autônoma (art. 903, § 4°, do CPC).

Gravames:

R=01/17.304 - PROT. Nº71.491 DE 25/08/2014 - (HIPOTECA) = FORMA DO TÍTULO: Cédula rural pignoratícia e hipotecária nº000312682014, emitida e assinada na Cidade de Santa Helena-PR, aos 11 de junho de 2014. CREDOR: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, empresa pública, com sede em Brasilia, Capital Federal, por sua agência Santa Helena-PR, inscrita no CNPJ/MF. №00.360.305/1268-09. <u>DEVEDOR:</u> MARIO SERGIO KECHE GALICIOLLI, acima citado, residente e domiciliado na Rua Marechal Deodoro, nº715, Centro, nesta Cidade de Foz do Iguaçu-PR. OBJETO: Hipotecado em hipoteca cedular de primeiro grau e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel constante da presente matrícula. VALOR: R\$350.000,00(trezentos e cinquenta mil reais). VENCIMENTO: 16/06/2020. ENCARGOS: Que sobre os valores lançados na conta vinculada ao presente financiamento, bem como o saldo devedor daí decorrente, incidirão juros a taxa efetiva de 5,5% a.a., reajustáveis de acordo com os critérios definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para a remuneração das operações lastreadas com recursos controlados do crédito rural, passando a incidir, quando da alteração pelo CMN, os encargos financeiros que forem estabelecidos para a respectiva fonte de recursos. Os referidos encargos serão: a) calculados por dias corridos, com base na taxa equivalente diária (ano de 365 ou 366 dias); b) debitados mensalmente, inclusive durante o período de carência, no dia primeiro de cada mês, nas remições de capital proporcionalmente aos valores remidos (pagos), no vencimento e/ou na liquidação da divida; e c) exigidos inframente com as amortizações ou remições (pagamentos) de capital, proporcionalmente aos seus valores nominais, no vencimento e na liquidação da dívida. CONDIÇÕES: Demais condições constantes na referida documentação. FUNREJUS: Isento (Art. 3º, alinea b, item 01 da Lei Estadual №12.216/98). C:636(vrc)=R\$98,81. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. FOZ DO IGUAÇU, 28 DE //////. (VBZ).(ACA). Arq. 2140/2014. AGOSTO DE 2014. (a)_

5011620-56.2016.4.04.7002



Poder Judiciário JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Paraná 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

R=02/17.304 - PRÓT. N°73.273 DE 17/12/2014 - (HIPOTECA)= FORMA DO TÍTULO: Cédula rural pignoratícia e protecária n°000712682014, emitida e assinada na Cidade de Santa Helena-PR, aos 28 de outubro de 2014. CREDOR: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, empresa pública, com sede em Brasilia, Capital Federal, por sua agência Santa Helena-PR, inscrita no CNPJ/MF. N°00.360.305/1268-09. DEVEDOR: MARIO SERGIO KECHE GALICIOLLI, agropecuarista, acima citado e qualificado. OBJETO: Hipotecado em hipoteca cedular de segundo grau e sem concorrência de terceiros, a totalidade do imóvel constante da presente matrícula. VALOR: R\$85.067,00(oitenta e cinco mil e sessenta e sete reais). VENCIMENTO: 14/09/2016. ENCARGOS: Sobre os valores lançados na conta vinculada ao presente financiamento, bem como o saldo devedor daí decorrente, incidirão juros a taxa efetiva de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cincos décimos por cento ao ano), reajustáveis de acordo com os critérios definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para a remuneração das operações lastreadas com recursos controlados do crédito rural, passando a incidir, quando da alteração pelo CMN, os encargos financeiros que forem estabelecidos para a respectiva fonte de recursos. Os referidos encargos serão: a) calculados por dias corridos, com base na taxa equivalente diária (ano de 365 ou 366 dias); b) debitados mensalmente, inclusive durante o período de carência, no dia primeiro de cada mês, nas remições de

- CONTINUAÇÃO

capital proporcionalmente aos valores remidos (pagos), no vencimento e/ou na liquidação da divida; e c) exigidos juntamente com as amortizações ou remições (pagamentos) de capital, proporcionalmente aos seus valores nominais, no vencimento e na liquidação da dívida. <u>CONDIÇÕES</u>: Demais condições constantes na referida documentação. <u>FUNREJUS</u>: Isento (Art. 3°, alinea *b*, item 01 da Lei Estadual №12.216/98). C:630(vrc) R\$98.81. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. FOZ DO IGUAÇU, 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

5011620-56.2016.4.04.7002



Poder Judiciário JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Paraná 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

R=04/17.304 - PROT. N°96.025 DE 08/10/2019 - (PENHORA) - FORMA DO TÍTULO: Termo de Penhora, expedido em data de 26 de julho de 2019, pelo MM. Juíz de Direito Substituto da 1ª Vara Cível, desta Cidade, Município e Comarca, D. Rogério de Vidal Cunha, extraído do Processo de Execução de Título Extrajudicial n°0005543-77.2017.8.16.0030. EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ/MF. n°60.746.948/0001-12/com endereço na Avenida Cidade de Deus, s/nº, 4º andar do Prédio Novo, Vila Yara, Osasco-SP. EXECUTADOS: Incorporadora de Imóveis Galiciolli Ltda, inscrito no CNPJ/MF. n°14.015.364/0001-50, com endereço na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 715, sala 102, nesta cidade de Foz do Julaçu-PR; e, Mario Sergio Keche Galiciolli, acima qualificado. OBJETO: Penhorado a totalidade do imóvei constante da presente matrícula. VALOR DA CAUSA:R\$62.608,52(sessenta e dois mil seiscentos e oito reais e cinquenta e três centavos). FUNREJUS: Nº 4000000005149228-3, no valor de R\$125,22, em data de 14/10/2019. Emol:1.293,60(yrc)=R\$249,66. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. FOZ DO IGUAÇU, 14 DE OUTUBRO DE 2019. (a) (MBZ). (Arq. 96.025/2019).

R=05/17.394/PROT. Nº121.862 DE 16/06/2023 - (PENHORA) - FORMA DO TÍTULO: Termo de Penhora, expedido em data de 01 de junho de 2023, pelo MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível desta Cidade, Município e Comarca, Dr. Marcos Antonio de Souza Lima, extraído do processo de Cumprimento de Sentença nº0016323-37.2021.8.16.0030. EXEQUENTE: Adnan Munir Hamdan, inscrito no CPF/MF. nº050.643.499-04. EXECUTADO: Mario Sergio Keche Galiciolli, acima qualificado. OBJETO: Penhorado a totalidade do imóvel constante da presente matrícula. VALOR DA CAUSA: R\$26.744,26 (vinte e seis mil e setecentos e quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos). FUNREJUS: Nº14000000003931101-2, no valor de R\$53,49, em 29/06/2023. FUNARPEN: NºSFRI2.y5rNv.3l3Vy-mz7lZ.F476q. Emol:783(vrc)=R\$192,62. Issqn:R\$9,63. Fundep:R\$9.63. Selo:R\$8,00. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. FOZ DO IGUAÇU, 29 DE JUNHO DE 2023. (a) (MBZ). (Arg. 121.862/2022).

R=06/17.304 - PROT. N°127.044 DE 16/03/2024 - (PENHORA) - FORMA DO TÍTULO: Termo de Penhora, extraído do Processo n°0006/51-62.2018.8.16.0030 de Cumprimento de Sentença, expedido em data de 25 de maio de 2022, pelo MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível desta Cidade, Município e Comarca, Dr. Marcos Antonio de Souza Lima. EXEQUENTE: L. C. Dembogurski & Cia Ltda, inscrito no CNPJ/MF. n°10.144.526/00001-07, com endereço na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, n°715, sala 104, Centro. nesta cidade de Foz do Iguaçu-Pr. EXECUTADO: Marió Sergio Keche Galiciolli, acima qualificado. OBJETO: Penhorado a totalidade do imóvel constante da presente matrícula. VALOR DA CAUSA: R\$19.042,14 (dezenove mil e quarenta e dois eais e quatorze centavos). FUNREJUS: N°1400000001023/452-5, no valor de R\$38,08, em data de 19/03/2024. FUNARPEN: N°5HRI2.e54uv.C5jhv-IMreT.F476q. Emol:513(vrc)=R\$142,10. Issqn:R\$7,11. FundeprR\$7,11. Sele:R\$8,00. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. FOZ DO IGUAÇU, 19 DE MARÇO DE 2024. (a) . (MBZ). (Arq. 127.044/2024).

Ônus do arrematante: 1) custas de arrematação de 0,5% (meio por cento) e comissão do leiloeiro, 5% (cinco por cento), ambas sobre o valor da arrematação; 2) eventuais débitos de condomínio, luz e água, no caso de bens imóveis; 3) eventuais despesas com remoção e/ou desocupação de bens arrematados; 4) eventuais débitos de IPTU: R\$ 27.510,58, atualizado até 22/08/2025 (evento 419, EXTR1); 5) eventuais custas do cartório referentes a levantamento de penhoras; 6) em caso de arrematação de bem imóvel, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, a teor do § 2º do artigo 901 do CPC.

Direito do arrematante: o arrematante poderá desistir da arrematação, sendolhe devolvido o depósito que tiver feito, nas hipóteses do art. 903, § 5°, do CPC: "I - se provar, nos 10 (dez) dias seguintes, a existência de ônus real ou gravame não mencionado no edital; II - se, antes de expedida a carta de arrematação ou a ordem de entrega, o executado alegar alguma das situações previstas no § 1°; III - uma vez citado para responder a ação autônoma de que trata o § 4° deste artigo, desde que apresente a desistência no prazo de que

5011620-56.2016.4.04.7002



Poder Judiciário JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Paraná 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

dispõe para responder a essa ação".

Ônus do executado: no caso de cancelamento dos leilões designados em virtude de parcelamento ou quitação do débito exequendo, o pagamento das despesas efetuadas pelo leiloeiro para a realização do ato, que compreendem: a) eventuais custas com a remoção e depósito de bens móveis; b) despesas com atos de promoção de venda de bens, calculados em 2% sobre o valor do débito exequendo ou o valor do bem, o quer for menor, sendo devido o valor mínimo de R\$ 200,00 e o máximo de R\$ 600,00.

Condições de pagamento: À Vista (art. 892, § 1º, do CPC).

Visitação: os bens poderão ser vistoriados nos locais indicados, mediante prévio agendamento, a ser realizado através de e-mail para <u>kleiloes@kleiloes.com.br</u>, informando o leilão e o lote de interesse, nome, número de CPF e RG e telefone para contato. Os interessados poderão ver fotos e documentos no site já mencionado, bem como esclarecer quaisquer dúvidas por meio do telefone (44) 3026-8008.

Quem não pode arrematar: art. 890 do CPC: "I - tutores, curadores, testamenteiros, administradores ou liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade; II - mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados; III - Juiz, membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, escrivão, chefe de secretaria e dos demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade; IV - servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta; V - leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados; VI - dos advogados de qualquer das partes".

OBSERVAÇÕES:

1^a) As propostas de aquisição do(s) bem(ns) apresentadas por eventuais interessados, conforme autoriza o art. 895 do CPC, não suspenderão o leilão (§ 6°) e serão apreciadas pelo Juízo tão somente caso não seja realizada a venda em leilão (1ª e 2ª praça). Ficam os interessados cientes de que:

Art. 895. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito:

 $\it I$ - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação;

II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil.

5011620-56.2016.4.04.7002 700018739115 .V7

6 of 8



Poder Judiciário JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Paraná 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

- § 1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis.
- § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo.
- § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.
- § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.
- § 6°. A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão.
- § 7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado.
- § 8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado:
- I em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor;
- II em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar.
- 2ª) Caso o(s) bem(ns) não seja(m) alienado(s) em leilão ou não sejam apresentadas propostas para a aquisição em parcelas, na forma do art. 895 do CPC, tendo em vista o disposto no art. 880 do CPC e arts. 373 e 374 do Provimento nº 62/2017, da Corregedoria-Geral do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, fica o Leiloeiro, nos 60 (sessenta) dias que sucederem ao segundo leilão, autorizado a promover a alienação por iniciativa particular (venda direta) dos bens cuja oferta tenha resultado negativa, nas mesmas condições observadas no segundo leilão.
- 3ª) Ficam os executados devidamente intimados, por meio deste edital, da realização dos leilões e da avaliação, caso não sejam encontrados para intimação pessoal (art. 889, parágrafo único, do CPC).
- E, para que chegue ao conhecimento dos executados e de terceiros interessados para que não possam, no futuro, alegar ignorância, expediu-se este edital que será afixado no átrio deste fórum e publicado no Diário Eletrônico da Justiça Federal.

Documento eletrônico assinado por **JOAO ROMULO DA SILVA BRANDAO**, **Juiz Federal Substituto**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010.

700018739115.V7

5011620-56.2016.4.04.7002



Poder Judiciário JUSTIÇA FEDERAL Seção Judiciária do Paraná 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu

A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://verificar.trf4.jus.br, mediante o preenchimento do código verificador **700018739115v7** e do código CRC **fde5ad20**.

Informações adicionais da assinatura: Signatário (a): JOAO ROMULO DA SILVA BRANDAO Data e Hora: 29/09/2025, às 18:00:09

5011620-56.2016.4.04.7002

700018739115.V7

8 of 8